



6^a CONFERÊNCIA ESTADUAL CidadES

CADERNO DE RESULTADOS

- Propostas priorizadas para a 6ª Conferência Nacional das Cidades
- Propostas para Políticas Urbanas no Espírito Santo
- Lista de pessoas delegadas eleitas pelo Espírito Santo
- Lista de entidades eleitas para composição do Conselho Estadual das Cidades/ES



RESULTADOS

da 6ª Conferência Estadual das
Cidades do Espírito Santo



Guarapari/ES
2025

Secretaria de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano (SEDURB)

Governo do Estado do Espírito Santo

José Renato Casagrande – Governador do Estado

Secretaria de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano – SEDURB/Conselho das Cidades/ES

Marcos Aurélio Soares da Silva – Secretário de Estado SEDURB e Presidente do Concidades/ES

6ª Conferência Estadual das Cidades/ES

Marlos Régis de Araújo Lopes – Secretário Executivo



Equipe Editorial

Conteúdo e diagramação

Bianca Valadares Ghidetti

Marlos Régis de Araújo Lopes

Identidade visual e material gráfico

Superintendência Estadual de Comunicação Social do Espírito Santo
(SECOM)

Espírito Santo Convention & Visitors Bureau



6ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DAS CIDADES DO ESPÍRITO SANTO

Coordenador Geral

Marcos Aurélio Soares da Silva

Secretário Executivo

Marlos Régis de Araújo Lopes

Coordenação Executiva

Anderson de Freitas Zucolotto

Bianca Valadares Ghidetti

Coordenação de Comunicação

Fernanda dos Santos Pinto
Magalhães

Equipe de Conteúdo e Projeto Gráfico

Bianca Valadares Ghidetti
Superintendência Estadual de
Comunicação Social do Espírito
Santo

Espírito Santo Convention &
Visitors Bureau

Comissão Organizadora 6ª CEC/ES

Anderson de Freitas Zucolotto -
SEDURB

Bianca Valadares Ghidetti -
SEDURB

Marlos Régis de Araújo Lopes -
SEDURB

Fernanda dos Santos Pinto
Magalhães – SEDURB

Kívia Silva Tosta – SEAG

Mariana Paim Rodrigues –
ISJN/Observatório das
Metrópoles

João Vitor E. de Figueiredo –
IJSN/Observatório das
Metrópoles

Marcello Rosa da Costa – CONAM

Dolar da Paixão – FEMMP-GV

Ivan Rocha – CAU/ES

Nayara Gava – CAU/ES

Renan Grisoni Gonçalves –
Associação Onze8

Bianca de Narde Avancini –
Associação Onze8

Sérgio Augusto de M. e Souza –
SINDUSCON-ES

Nemézio Vieira de Andrade Filho -
SINDUSCON-ES



Sumário

Apresentação.....	9
Propostas Estaduais Priorizadas.....	10
GT1: A Política de Mobilidade Urbana da PNDU.....	10
GT2: Objetivo geral, diretrizes gerais da PNDU e Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano (SNDU).....	11
GT3: Gestão interfederativa, cooperação e consórcios, Gestão das regiões metropolitanas e Financiamento da PNDU: Mecanismos Fiscais e Extrafiscais de âmbito local	11
GT4: Controle social e gestão democrática das cidades	12
GT5: A Política de Saneamento Básico da PNDU	12
GT6: Sustentabilidade ambiental e emergências climáticas.....	13
GT7: As políticas de habitação e regularização fundiária da PNDU.....	14
GT8: Transformação digital e território e Segurança Pública e o Enfrentamento do Controle Armado dos Territórios Populares	15
Propostas para Políticas Urbanas Estaduais	17
GT2: Objetivo geral, diretrizes gerais da PNDU e Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano (SNDU).....	17
GT3: Gestão interfederativa, cooperação e consórcios, Gestão das regiões metropolitanas e Financiamento da PNDU: Mecanismos Fiscais e Extrafiscais de âmbito local	18
GT4: Controle social e gestão democrática das cidades	18
GT5: A Política de Saneamento Básico da PNDU	18
GT7: As políticas de habitação e regularização fundiária da PNDU.....	19
GT8: Transformação digital e território e Segurança Pública e o Enfrentamento do Controle Armado dos Territórios Populares	19
Delegados Estaduais eleitos para a 6ª Conferência Nacional das Cidades	20
Poder Público.....	20
Movimentos Sociais e Populares.....	21
Entidades de Trabalhadores	21
Entidades Empresariais.....	22
Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa	22
Organizações Não-Governamentais.....	22
Composição do Conselho Estadual das Cidades/ES para o Biênio 2026-2027.....	23



Apresentação

A 6ª Conferência Estadual das Cidades do Espírito Santo foi um espaço democrático de diálogo, participação social e construção coletiva de políticas públicas urbanas. O evento reuniu, de 29 a 31 de agosto de 2025, na cidade de Guarapari, representantes da sociedade civil, do poder público e de diversos setores para debater os principais desafios e soluções para o desenvolvimento urbano, com foco em temas como: habitação, mobilidade, saneamento, meio ambiente, segurança e governança das cidades.

A etapa estadual foi preparatória para a 6ª Conferência Nacional das Cidades, promovida pelo Ministério das Cidades, e desenvolvida a partir da seguinte temática: “Construindo a Política Nacional do Desenvolvimento Urbano - caminhos para cidades inclusivas, democráticas, sustentáveis e com justiça social”. O objetivo nacional é revisar e propor diretrizes para a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU) e fortalecer os instrumentos de gestão democrática do território brasileiro.

A PNDU visa ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. Seu propósito principal é a redução das desigualdades socioespaciais no processo de urbanização, com a participação das esferas municipal, estadual, federal e agentes da sociedade civil no aprimoramento de políticas setoriais integradas.

A 6ª Conferência Estadual das Cidades do Espírito Santo foi uma ferramenta da PNDU para a elaboração de propostas que consideram as singularidades dos municípios e do nosso Estado. Essas propostas foram criadas por meio debates locais e foram trabalhadas pelos delegados estaduais e, posteriormente, serão conduzidas para a Conferência Nacional das Cidades, com o intuito de direcionar as políticas públicas de desenvolvimento urbano.

A 6ª Conferência Estadual das Cidades do Espírito Santo foi validada pela Comissão Nacional Recursal e de Validação, do Conselho Nacional das Cidades, em 15 de outubro de 2025 por meio da plataforma Redus.



Propostas Estaduais Priorizadas

A lista a seguir demonstra o resultado da construção coletiva realizada na 6ª Conferência Estadual das Cidades/ES. Durante a Etapa Estadual foram eleitas 20 propostas priorizadas a serem encaminhadas para a 6ª Conferência Nacional das Cidades acerca dos 8 Grupos Temáticos debatidos.

Cada Grupo Temático elegeu de 2 a 5 propostas de acordo com sua temática para decisão em plenária. Nesta etapa foram encaminhadas 32 propostas que passaram pelo escrutínio das pessoas delegadas presentes na Etapa Estadual.

Foram incluídas no caderno final as duas propostas mais votadas de cada Grupo Temático, totalizando 16 propostas. As propostas remanescentes passaram por processo de repescagem, onde mais 4 foram adicionadas em livre vinculação de Grupo Temático.

GT1: A Política de Mobilidade Urbana da PNDU

Nº	Proposta
01	Planejamento Integrado e Acessível para a Mobilidade Urbana Sustentável e Inclusiva Promover um conjunto de ações integradas para qualificar a mobilidade urbana nos municípios, com foco na inclusão social, sustentabilidade e acessibilidade. Isso inclui a padronização e municipalização das calçadas cidadãs, assegurando que sejam executadas pelo poder público em conformidade com os padrões de acessibilidade estabelecidos pela NBR 9050/2020. Entre as medidas, destacam-se a remoção de barreiras e obstruções já existentes, bem como a implantação de soluções que ampliem a acessibilidade para todos os indivíduos. Nas áreas de morro, deverão ser previstos dispositivos que facilitem e qualifiquem a mobilidade, garantindo maior segurança e integração. Para viabilizar tais ações, é fundamental a cooperação técnica e financeira entre os municípios e os órgãos estaduais e federais.
02	Diversificação de Modais de Transportes Acessíveis e Integrados Implantar novas soluções de mobilidade coletiva adequadas à topografia e às áreas de difícil acesso, tais como planos inclinados, teleféricos, aquaviário e ferroviário, de forma a assegurar a acessibilidade universal, integrando esses novos modais ao sistema de transporte público já existente, à malha ciclovitária e plataformas digitais, formando um Sistema Unificado de Mobilidade Ativa e Integrada, inclusivo, transparente, eficiente e sustentável ambiental e financeiramente.

GT2: Objetivo geral, diretrizes gerais da PNDU e Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano (SNDU)

Nº	Proposta
01	Revisão da legislação de parcelamento do solo e Plano Diretor, com foco em adaptações climáticas Captar recursos e formalizar parcerias para o desenvolvimento das legislações municipais de parcelamento do solo, plano diretor e APP's urbanas, incluindo a capacitação dos servidores e colaboradores. Garantir área verde pública mínima de 12m ² por habitante em perímetro urbano e ampliação do percentual em áreas verdes em novos loteamentos no mínimo 20%.
02	Programa Nacional de Requalificação de turismo sustentável Sugerir a inclusão de eixo de desenvolvimento do turismo sustentável, com incentivos para requalificação de corpos hídricos, construção de marinas públicas, espaços de lazer, despoluição de áreas degradadas e valorização do artesanato e da cultura local, ampliando oportunidades de renda e sustentabilidade ambiental nas cidades. Incluindo investimentos em infraestrutura, acessibilidade, segurança, sinalização e capacitação comunitária, promovendo o desenvolvimento territorial e a preservação ambiental.

GT3: Gestão interfederativa, cooperação e consórcios, Gestão das regiões metropolitanas e Financiamento da PNDU: Mecanismos Fiscais e Extrafiscais de âmbito local

Nº	Proposta
01	Criação de Consórcios Públicos de Transporte Criar Consórcios Públicos de Transporte, com respectivos conselhos gestores, voltados à integração da gestão, do planejamento e das tarifas do transporte coletivo, incluindo requalificação dos terminais multimodais como eixos de mobilidade, inclusão produtiva e desenvolvimento econômico, social e ambiental, assegurando maior eficiência, equidade e sustentabilidade, com foco no fortalecimento das unidades territoriais da mobilidade urbana e rural, inclusive turismo.
02	Fortalecimento da gestão pública municipal Implementar um conjunto integrado de ações para fortalecer a gestão pública municipal, por meio da capacitação financeira e orçamentária dos municípios, do incentivo à cooperação intermunicipal e da criação de consórcios públicos, garantindo maior acesso a recursos financeiros e aprimorando a eficiência administrativa.

GT4: Controle social e gestão democrática das cidades

Nº	Proposta
01	Criar programa permanente de capacitação em controle social Criar programa permanente de capacitação em controle social, voltado à sociedade civil, com os objetivos de garantir o exercício da cidadania e capacitar os cidadãos em monitoramento e avaliação de políticas públicas, na experimentação de soluções e mecanismos de participação social, considerando: encontros regulares, a serem realizados em equipamentos localizados nos territórios; promoção de eventos a níveis federal, estadual e municipal, contendo premiação de iniciativas comunitárias e periféricas; e financiamento realizado por meio de editais abertos, com vistas a promover o fortalecimento das instituições já existentes, como associações de bairro e conselhos.
02	Garantir a gestão democrática da cidade como política de Estado Estabelecer a gestão democrática da cidade como política de Estado, dando ao Ministério das Cidades respaldo por Lei Federal, que garanta sua estruturação permanente no Poder Executivo e estipule recursos financeiros para o funcionamento e financiamento dos seus órgãos e instituições subordinadas, nas instâncias federal, estadual e municipal, garantindo instrumentos para participação social nos municípios, mediante editais com acesso direto a recursos públicos.
03	Promover assistência técnica multissetorial como política pública Promover a integração entre poder público, sociedade civil e setor privado, para garantir assistência técnica multissetorial como política pública, emergencialmente em territórios periféricos, nas comunidades vulneráveis e com vistas a soluções sustentáveis em saneamento e habitação segura, inclusive incentivando a atuação de escritórios especializados em ATHIS.

GT5: A Política de Saneamento Básico da PNDU

Nº	Proposta
01	Garantir a Criação e Implementação Políticas Públicas e Programas Visando o Aproveitamento de Águas Pluviais e a Prevenção de Inundações e a Mitigação dos Seus Efeitos em Áreas Urbanas com Medidas Estruturantes e Estruturais Medidas estruturais: evitar o estrangulamento dos rios, construção de diques de contenção em áreas urbanas vulneráveis, com foco na proteção contra inundações, e a criação de infraestrutura adicional para controle das águas pluviais, como caixas secas e sistemas de retenção, captação e reuso de água em edificações públicas e o uso de piso permeável em áreas abertas, dentre outras. Medidas estruturantes: adotar tecnologias de monitoramento, programas de educação ambiental com foco em práticas sustentáveis, prevenção e mitigação de riscos a inundações.

02	Implementar Políticas Públicas com Soluções Sustentáveis para Abastecimento de Água e Tratamento de Esgoto em Comunidades Rurais, Povos Originários e Comunidades Tradicionais Garantir a criação e implementação de políticas públicas e programas de apoio jurídico e financeiro, capacitação da população para operação e manutenção dos sistemas, e monitoramento contínuo, com soluções sustentáveis para o abastecimento de água e tratamento de esgoto em comunidades rurais, povos originários e comunidades tradicionais, utilizando soluções baseadas na natureza (bioestações, biodigestores, <i>wetlands</i>, jardins filtrantes) que sejam descentralizados, autossuficientes em energia, com foco em diagnóstico local e priorizando a execução com mão de obra da própria comunidade.
03	Garantir a Criação e Implementação Política Pública e Programa De Proteção de Corpos Hídricos Naturais (Lagoas, Rios E Outros) e Combate a Salinização As ações previstas nestes programas deverão contemplar, no mínimo, ações de prevenção ao assoreamento dos corpos hídricos, ações de mapeamento e realocação de ocupações irregulares sempre que possível, em mesma comunidade, ampliação da rede de avaliação contínua da qualidade da água, uso de tecnologias avançadas em Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs) que visem eliminar odores e permitir o reuso da água para fins não potáveis, fortalecendo a saúde pública e a sustentabilidade ambiental.

GT6: Sustentabilidade ambiental e emergências climáticas

Nº	Proposta
01	Cidade-Esponja como Modelo de Reestruturação Hidroterritorial Garantir financiamento tripartite do poder público para execução de intervenções de drenagem urbana e saneamento em fundos de vale, morros e encostas, com base no conceito de cidade-esponja, promovendo a reconexão dos ciclos hidrológicos por meio da absorção, retenção e reaproveitamento das águas pluviais. Adotar microbacias urbanas como unidades ambientais de planejamento, integrando infraestrutura verde e gestão sustentável das águas nos territórios urbanos, a fim de mitigar os riscos hidrológicos.
02	Programa de Revitalização, Educação Ambiental e Implementação do Selo Verde Garantir a implementação e execução das políticas públicas voltadas à educação socioambiental crítica e à promoção de práticas sustentáveis, incluindo o mapeamento de áreas com erosão e perda de cobertura vegetal para prevenção de desastres ambientais e revitalização de áreas degradadas. Incluir a criação de viveiros municipais de mudas nativas, para o plantio participativo com as comunidades locais e a instalação de estações meteorológicas para o monitoramento climático e ações de adaptação às mudanças climáticas. Além disso, implementar um sistema de certificação

verde para empreendimentos e propriedades urbanas e rurais, valorizando iniciativas sustentáveis e fortalecendo a responsabilidade socioambiental, com foco especial na mitigação dos impactos das mudanças climáticas e na preservação dos recursos hídricos, promovendo a integração social e a recuperação ecológica das cidades.

GT7: As políticas de habitação e regularização fundiária da PNDU

Nº	Proposta
01	Proposta Recurso Financeiro Tanto para os Municípios, Estados e União, destinar no mínimo 5% da receita líquida municipal/estadual/federal alocados de forma contínua no PPA (Plano Plurianual) e nas LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) para a provisão habitacional que contemple programas de produção de novas unidades, readequação de edifícios ociosos e vazios, melhorias habitacionais, ATHIS (Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social) e regularização fundiária plena.
02	Regularização Fundiária Propõe-se a criação de dispositivos que estabeleçam prazos e metas nacionais, estaduais e municipais para a efetiva implementação da regularização fundiária urbana (REURB), com instrumentos de incentivo como acesso prioritário a recursos federais e estaduais, premiações ou linhas de crédito facilitadas para os municípios que alcançarem as metas estabelecidas de regularização fundiária, ou impedimento de recebimento de recursos (caso não atinjam as metas), e criação de um banco de dados nacional de beneficiários da REURB, e atuação visando uniformizar a nível nacional as normas referentes a etapa registral dos projetos de regularização fundiária, com participação ativa dos municípios na criação dessas normas.
03	Proposta Edifícios Ociosos e Terras Públicas Instituição, em âmbito Municipal, Estadual, Federal de uma política contínua de destinação de terras públicas, imóveis ociosos e abandonados, prioritariamente para produção habitacional e os programas de Regularização Fundiária Urbana (REURB) e abrangendo tanto reassentamentos, quanto a construção de novas unidades habitacionais, especialmente em áreas centrais e bem localizadas, utilizando instrumentos do Estatuto da Cidade e da Lei de REURB, e instituição de cotas de solidariedade com política de financiamento contínua destinada à regularização fundiária plena, assegurando a oferta de infraestrutura urbana adequada, com criação de banco de imóveis públicos.

GT8: Transformação digital e território e Segurança Pública e o Enfrentamento do Controle Armado dos Territórios Populares

Nº	Proposta
01	Programa de Ocupação Criativa de Espaços Públicos A proposta visa implementar um programa permanente de ocupação criativa de espaços públicos, com atividades esportivas, culturais, educativas e sociais que estimulem o uso coletivo e seguro desses espaços, fortalecendo vínculos comunitários, a identidade local e a apropriação positiva dos territórios. Problema que se busca resolver: Muitos espaços públicos nos municípios encontram-se subutilizados, degradados ou sem função social definida, o que contribui para a insegurança, o afastamento da comunidade e a deterioração urbana. A ausência de políticas estruturadas para o uso criativo e participativo desses locais compromete o direito à cidade, ao lazer, à cultura e à convivência cidadã. Detalhamento das ações propostas: 1. Criação de um programa municipal de ocupação criativa de espaços públicos; 2. Realização de oficinas culturais, esportivas e educativas periódicas nos espaços públicos; 3. Estabelecimento de parcerias com escolas, universidades, ONGs, coletivos culturais e comerciantes locais; 4. Garantir a implantação de infraestrutura mínima (iluminação, mobiliário, acessibilidade) para garantir segurança e uso adequado; 5. Apoio institucional às iniciativas comunitárias de gestão e uso dos espaços; 6. Mapeamento e seleção participativa dos espaços prioritários para ocupação; 7. Criação de um calendário comunitário de atividades culturais e esportivas permanentes. 8. Garantir a implantação, a execução e manutenção dos centros municipais de inovações e economia criativa com pontos de Wi-Fi público.
02	Programa Integrado de Segurança Preventiva e Comunitária – PROSEGURA A proposta visa estruturar e fortalecer a política municipal de segurança pública por meio da criação de um programa integrado com ações preventivas, tecnológicas e de engajamento comunitário, envolvendo a disponibilização de recursos financeiros e tecnológicos para a instalação, padronização e unificação do sistema de videomonitoramento integrado em todas as esferas; criação da Guarda Municipal; botão de pânico em órgãos e comércios; melhoria da iluminação em áreas críticas; programas de educação cidadã nas escolas; e incentivo à vigilância solidária entre moradores. Detalhamento das ações propostas: 1. Implementação de sistema de videomonitoramento nas zonas urbana e rural em parceria com o governo estadual, para o controle do tráfego urbano, fiscalização de áreas públicas e suporte em situações de emergência.; 2. Criação e implantação da Guarda Municipal com órgãos parceiros; 3. Criação de um setor de segurança pública na prefeitura, com ouvidoria comunitária; 4. Instalação de botão de pânico em órgãos públicos e comércios; 5. Instalação de lâmpadas de LED

	com sensores de presença em áreas críticas; 6. Estímulo ao programa “Vizinho Solidário” com grupos de WhatsApp e redes de vigilância cidadã; 7. Promoção de palestras em escolas sobre violência, drogas e cidadania com apoio da Polícia Militar. 8. Implementar tecnologia de segurança nas instituições de ensino com monitoramento através de câmeras nas salas de aula, corredores, refeitório e entrada. Reconhecimento facial integrado diretamente com as forças de segurança e detector de metais nas entradas das instituições e de disparo de arma de fogo.
03	Mapeamento Digital para Trânsito e Mobilidade Mapeamento digital detalhado das vias para a reorganização do trânsito, segurança do tráfego urbano com a otimização da mobilidade urbana, promoção do uso de meios de locomoção sustentáveis e redução dos riscos aos usuários e cidadãos, com utilização de inteligência artificial e de tecnologias aplicadas à mobilidade urbana. Entre as soluções viáveis, destaca-se a implementação de um sistema de rastreamento por GPS integrado a um aplicativo, permitindo que os usuários acompanhem em tempo real a localização dos transportes coletivos. Além disso, a inclusão de sistemas de segurança, como "botões de pânico" em veículos de transporte público, pontos de ônibus e terminais, contribui significativamente para a segurança e bem-estar de todos.

Propostas para Políticas Urbanas Estaduais

As 12 propostas remanescentes do processo de priorização acima descrito serão encaminhadas ao Conselho Estadual das Cidades/ES para que sejam direcionadas à promoção de Políticas Urbanas Estaduais no Espírito Santo.

GT2: Objetivo geral, diretrizes gerais da PNDU e Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano (SNDU)

Nº	Proposta
01	Por uma PNDU com TTC: Direito a cidade, Reforma Urbana, Financiamento Público e apoio técnico. Incorporar o Termo Territorial Coletivo (TTC) como instrumento de política pública de desenvolvimento urbano, com fomento técnico, jurídico e financeiro, visando garantir a gestão coletiva dos territórios populares e a centralidade dos movimentos sociais na definição do uso da terra urbana. -Reconhecimento do TTC no marco normativo da PNDU e sua inclusão entre os instrumentos do Estatuto da Cidade. -Criação de linhas de financiamento público (FNHIS, Caixa, Fundos Estaduais e Municipais) específicas para implementação e manutenção de TTCs. -Prestação de assistência técnica pública e gratuita (segundo a lei da ATHIS 11.888), por universidades, órgãos estaduais e municipais, às comunidades que desejem instituir TTC.
02	Modernização da fiscalização urbana e garantindo a capacitação dos profissionais Prever no PNDU e no Estatuto das Cidades, instituições e mecanismos permanentes de financiamento nacional exclusivo para investimento e modernização dos órgãos de fiscalização urbana municipal, e criar, em conjunto com o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, diretrizes para a carreira de fiscalização nos municípios.
03	Habitação com Renda e Justiça Territorial para Regiões de Baixo IDH Ampliar projetos habitacionais que aliem o acesso à moradia digna à geração de renda local, garantindo recursos federais diferenciados, criando mecanismos de contrapartida de investimentos privados para habitação social e prioritários para regiões com baixo IDH, e outras vulnerabilidades, estimulando consórcio e outros instrumentos de cooperação entre os municípios.

GT3: Gestão interfederativa, cooperação e consórcios, Gestão das regiões metropolitanas e Financiamento da PNDU: Mecanismos Fiscais e Extrafiscais de âmbito local

Nº	Proposta
01	Consórcios Públicos para Crises de Abastecimento de Água e Estiagens Criação de consórcios Públicos que tenham o objetivo de prevenir crises de abastecimento e estiagens, garantindo reserva de água para agricultura, consumo e biodiversidade, condicionado a políticas de recuperação ambiental e hídrica.
02	Incorporação da Variação Sazonal da População como Parâmetro Oficial de Financiamento e Planejamento Urbano em Municípios Turísticos Incluir no PNDU estudos que identifiquem as populações sazonais em cidades turísticas para garantir as finanças da municipalidade em períodos que ocorrem aumento nas demandas por serviços de interesse público, especialmente transporte, saúde, segurança e resíduos.

GT4: Controle social e gestão democrática das cidades

Nº	Proposta
01	Implementar Programa Nacional de Microplanejamento Implementar programa nacional de microplanejamento, com Plano Desenvolvimento Local Integrado (PDLI) para cada ZEIS, com protagonismo da população local na leitura das potencialidades e vulnerabilidades, assim como na elaboração de metas e projetos para o desenvolvimento social e econômico dos territórios.
02	Incluir as comunidades no planejamento econômico Criar rede de desenvolvimento econômico que integre um programa de inclusão das comunidades no planejamento econômico (municipal, estadual e federal) através de, por exemplo, consórcios, cooperativismo, economia solidária, economia criativa, parceria público-privada, dentre outros.

GT5: A Política de Saneamento Básico da PNDU

Nº	Proposta
01	Garantir a criação e implementação de política pública e programa de gestão adequada dos resíduos sólidos urbanos e rurais Garantir a criação e implementação de política pública e programa de gestão adequada dos resíduos sólidos urbanos e rurais, por meio de soluções regionalizadas de manejo de RSU (aterros sanitários regionais), implementação de logística reversa e programas de coleta seletiva de resíduos (volumosos, pneus, baterias, eletrônicos, eletrodomésticos, óleo de cozinha, dentre outros.)
02	Incluir no PNDU que o acesso ao saneamento seja garantido como direito humano fundamental

	Incluir no PNDU que o acesso ao saneamento seja garantido como direito humano fundamental e que, caso o Estado ou Município pretenda privatizar os serviços de saneamento deve promover audiências públicas prévias e plebiscito com a população.
--	---

GT7: As políticas de habitação e regularização fundiária da PNDU

Nº	Proposta
01	ATHIS Implementar e regulamentar o repasse para ATHIS em programas de políticas habitacionais urbanas e rurais, garantindo recursos para aplicar a política e fomentar ações, implementando escritórios interdisciplinares regionais em ZEIS, favelas, comunidades urbanas e em demais populações vulneráveis como parte da política habitacional dos municípios brasileiros.

GT8: Transformação digital e território e Segurança Pública e o Enfrentamento do Controle Armado dos Territórios Populares

Nº	Proposta
01	Planos Diretores de Tecnologia Incluir no Texto Base da PNDU diretrizes para que os municípios elaborem e implementem Planos Diretores de Tecnologia, com a definição de prazos e metas progressivas, além da previsão de incentivos federais para os entes que cumprirem tais etapas. Esses planos devem orientar a digitalização dos serviços públicos, a modernização da gestão urbana e a ampliação da conectividade, em alinhamento com os princípios da cidade inteligente, inclusiva e eficiente. A proposta visa reduzir desigualdades no acesso à inovação tecnológica no território nacional, promovendo a transformação digital nas administrações locais. Ao instituir metas e instrumentos de apoio, cria-se um ambiente propício para que todos os municípios avancem em soluções digitais que melhorem a transparência, a eficiência dos serviços públicos e a participação cidadã, oportunizando preferencialmente a mão de obra carcerária, previamente qualificada para a digitalização do processo.
02	Plano para combater organizações criminosas por meio de tecnologias avançadas de monitoramento e análise de dados Desenvolver um Plano para combater organizações criminosas por meio de tecnologias avançadas de monitoramento e análise de dados. O plano prevê a criação de um Centro de Inteligência Digital, que utilizará big data e inteligência artificial para analisar dados de redes sociais, comunicações criptografadas e câmeras de segurança, permitindo a antecipação de atividades criminosas e a criação de mecanismo para coibir a Infiltração Criminosa em instituições governamentais, ONGs e entidades participativas.

Delegados Estaduais eleitos para a 6ª Conferência Nacional das Cidades

Durante a 6ª Conferência Estadual das Cidades/ES foram realizadas eleições, em cada segmento representado, para delegados titulares e suplentes representantes do Espírito Santo na 6ª Conferência Nacional das Cidades.

O quantitativo representa os critérios de proporcionalidade estabelecidos no Regimento Interno Nacional e Estadual e visa garantir a ampla ressonância das vozes que estudam e atuam na Política de Desenvolvimento Urbano.

Poder Público

Nº	Pessoa Delegada Eleita	Entidade	Representação
01	Daniel Senos Lacerda	PM Anchieta	Titular
02	Glauber Lopes	SESA	Titular
03	Lívia Barraque Barbosa	PM Vila Velha	Titular
04	Lígia Regina Pereira Tonoli	SEDURB	Titular
05	Cristiano Francisco Aragão	PM Jaguaré	Titular
06	Diane Alencar Moreira	PM Serra	Titular
07	Ana Paula Silva Rocha	Câmara Municipal de Vitória	Titular
08	Camila Gomes Pacheco	PM Serra	Titular
09	Roberta M. Leoncio Teodoro	PM Serra	Titular
10	Renata Morandi Lórá	PM Vila Velha	Titular
11	Laíza Alvarenga da Silva	PM Linhares	Titular
12	Thales Lacerda Santos	IEMA	Titular
13	Fabiana L. Teixeira de Oliveira	PM Marataízes	Titular
14	Edson Batista de Oliveira	PM Serra	Titular
15	Alexandro da Vitória	PM Guarapari	Titular
16	Jean Pierre Buss	PM Santa Maria de Jetibá	Titular
17	Poliano Binott Garcia	PM Jerônimo Monteiro	Suplente
18	Vanildo Lima Coutinho	PM Cariacica	Suplente
19	Rodrigo da Silva Pauli	PM Vila Velha	Suplente
20	Marissol Silva Vieira	PM Cariacica	Suplente
21	Aurimar de Paula Viana	PM Itapemirim	Suplente
22	Eliane Benedicto de Mello	PM Sooretama	Suplente
23	Mirian Teixeira Cleto Lira	PM Cachoeiro de Itapemirim	Suplente
24	Joyce Naara Pimenta Abreu	PM Cariacica	Suplente
25	Iully Emily Araujo Sangy	PM Irupi	Suplente
26	Thiago Freitas do Rosário	PM Marechal Floriano	Suplente
27	Fellipe G. de O. Pedroni	PM Cariacica	Suplente
28	Pablo Gums Mariano	PM Santa Maria de Jetibá	Suplente
29	Claudia J. O. L. de Almeida	PM Itapemirim	Suplente
30	Ismara Delabarba Delunardi	PM Aracruz	Suplente
31	Lucas Bravin	PM Colatina	Suplente
32	Paulo Sérgio Brandão	PM Viana	Suplente

Movimentos Sociais e Populares

Nº	Pessoa Delegada Eleita	Entidade	Representação
01	Elias Paulino da Silva	UNMP/ES	Titular
02	Jardel Silva dos Santos	Cidade Para Todos	Titular
03	Peterson da Silva Esteves	LIBER	Titular
04	Sonia Glaci Mareth	UNMP/ES	Titular
05	Viviane Aparecida L. Ferreira	AHUNMP/ES	Titular
06	Rosemberg Moraes Caitano	Instituto Ecovida	Titular
07	Walace Bonicenha	AMACENTRO	Titular
08	Leonardo Cunha do Amaral	UNMP/ES	Titular
09	Edilza Maria da Silva Felipini	UNMP/ES	Titular
10	Adriana da Penha Rodrigues	AHUNMP/ES	Titular
11	Gracciene de Oliveira Farias	AHABITAES	Titular
12	Liza Andrea dos S.Silveira	Instituto Unbutu	Titular
13	Fernando dos Santos Oliveira	MC Condusa	Titular
14	Paulo Sergio Vieira de Araujo	FAMS	Titular
15	Marcello Rosa da Costa	CONAM	Suplente
16	Téo Pereira	GOLD	Suplente
17	Suzana Lima da Silva	ReBEDH-ES	Suplente
18	Marcia C. R. de F. de Azevedo	AHUNMP/ES	Suplente
19	Ana Paula Cirilo dos Santos	MNLM-ES	Suplente
20	Teofilo Roberto de Souza	MTSR	Suplente
21	Mario Cesar do N. Moreira	FAMOPES	Suplente
22	Solange Correia Duarte	CONAM	Suplente
23	Lea Gomes Amaral	MNLM-ES	Suplente
24	Andressa da Silva Pereira	MNLM-ES	Suplente
25	Acácio dos Santos Ferreira	CNLB	Suplente
26	Thamiris do N. Rosa Alves	Juntos +	Suplente
27	Joseni Valim de Araujo	FAMOC	Suplente
28	Elbamar C. Tomás da Vitória	AMB Seg. do Lar	Suplente

Entidades de Trabalhadores

Nº	Pessoa Delegada Eleita	Entidade	Representação
01	Fabio Giori Smarçaro	SINDAEMA-ES	Titular
02	Wellington Buares Belmont	CUT-ES	Titular
03	Edinalva Vidal	SINDSAÚDE/ES	Titular
04	Clebio Marques Brambati	FETAES	Titular
05	Osmarina Luiza de Oliveira	Pastoral Operária	Titular
06	Daisy Silva Correa	SINDAEMA-ES	Suplente
07	Fabia Maria Duarte de Abreu	SINDIUPES	Suplente
08	Mansour Cadaís Filho	SINDNAPI-ES	Suplente
09	Rodolfo Simões de Melo	SINSIPUBLICOS	Suplente
10	Alberto dos Santos Nogueira	SINDSAÚDE/ES	Suplente

Entidades Empresariais

Nº	Pessoa Delegada Eleita	Entidade	Representação
01	Douglas Ernesto P. Azevedo	ASCOMI	Titular
02	Giedre Ezer da Silva Maia	ASBEA	Titular
03	Alanna de Almeida	SINDIROCHAS/ES	Titular
04	Erenilda Kuster Zambom	ACIASMAF	Titular
05	Myrion Syrrah Fachetti	ADEMI-ES	Titular
06	Rita de Cassia da L. Bernardes	ACISA	Suplente

Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa

Nº	Pessoa Delegada Eleita	Entidade	Representação
01	Camila Brunhara Biazatti Helal	OAB/ES	Titular
02	Ivan Lazaro de Oliveira Rocha	CAU/ES	Titular
03	Cleidiane Cunha Oliveira	CRBio-10	Titular
04	Lucas Bermudes de Castro	FAPES	Titular
05	Juvenal Marcelino dos Santos	ANAFISC	Suplente
06	Grazielli de Paula Pirovani	CRBio-10	Suplente
07	Geraldo Rossoni Sisquini	CREA/ES	Suplente

Organizações Não-Governamentais

Nº	Pessoa Delegada Eleita	Entidade	Representação
01	Renan Grisoni Gonçalves	Onze8	Titular
02	Jovane Clarindo	Afro Origem	Titular
03	Marilsa Marçal	Instituto Mar	Suplente
04	Danieli Rodrigues da Silva	Instituto Ecovida	Suplente

Composição do Conselho Estadual das Cidades/ES para o Biênio 2026-2027

Entidades voltadas ao debate da Política de Desenvolvimento Urbano do Espírito Santo tiveram a oportunidade, durante a 6ª Conferência Estadual das Cidades/ES, de pleitear uma cadeira no Conselho Estadual das Cidades/ES para a gestão do biênio 2026-2027.

As vagas foram distribuídas conforme indicado no Decreto Estadual 2.514-R, de 06 de maio de 2010.

Nº	Entidade	Segmento
01	Secretaria de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano - SEDURB	Poder Público Estadual
02	Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN	Poder Público Estadual
03	Secretaria de Mobilidade e Infraestrutura - SEMOBI	Poder Público Estadual
04	Secretaria de Estado de Direitos Humanos - SEDH	Poder Público Estadual
05	Secretaria de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social - SETADES	Poder Público Estadual
06	Associação dos Municípios do Espírito Santo - AMUNES	Poder Público Municipal
07	Caixa Econômica Federal	Poder Público Federal
08	Associação Habitacional da união por Moradia Popular do Espírito Santo – AHUNMP/ES	Movimentos Populares
09	Cidade Para Todos	Movimentos Populares
10	Movimento Nacional de Luta Pela Moradia – MNLM-ES	Movimentos Populares
11	Ubuntu – Eu Sou Porque Nós Somos Mulheres	Movimentos Populares
12	Confederação Nacional das Associações de Moradores – CONAM Brasil	Movimentos Populares
13	LIBER – Instituto para Crianças Especiais	Movimentos Populares
14	Associação Empresarial de Colatina e Região - ASSEDIC	Entidades Empresariais
15	Associação Empresas do Mercado Imobiliário do Espírito Santo – ADEMI-ES	Entidades Empresariais
16	Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Estado do Espírito Santo - SINDAEMA	Entidades de Trabalhadores
17	Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Espírito Santo - FETAES	Entidades de Trabalhadores
18	Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU/ES	Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa
19	Instituto Nacional, Internacional, Cultural e Social Afro Origem	ONG's



